

"É muito difícil corrigir desinformação"

A investigadora do ISCTE Catarina Santos considera que a desinformação é muito difícil de corrigir, pelo que a aposta num modelo de semelhança de conteúdo, capaz de contornar os mecanismos cognitivos, pode ser eficaz.

Em entrevista à agência Lusa, Catarina Santos afirmou que "é muito difícil corrigir a desinformação. Uma vez que a informação incorreta é assimilada, tende a ser integrada na memória e encarada como verdadeira. A partir desse momento, qualquer tentativa de correção encontra

uma barreira, o que reduz significativamente a eficácia das mensagens corretivas".

Neste sentido, "a correção da desinformação que estudamos faz-se tentando enganar um bocadinho o próprio sujeito, através da utilização de informação semelhante à desinformação codificada, mas que é capaz de corrigir a anterior".

A investigadora explica que uma crença falsa com origem em desinformação como "pintar o cabelo durante a gravidez faz mal ao bebé" pode ser corrigida com "pintar o cabelo durante a gravi-

dez não faz mal do bebé [...]". São frases muito semelhantes que podem levar o sujeito a pensar que está a reforçar o conhecimento que já tem, quando na verdade está a corrigi-lo", através de uma estratégia de contorno dos mecanismos cognitivos.

Além disso, em desinformação sobre saúde, a académica reflete que "há algum tempo quando havia alguém a dizer num espaço televisivo que as vacinas não tinham importância, eram intervenções pontuais, com alcance e duração relativamente controlados [...] e agora estas pessoas

precisam apenas de ter uma conta nas redes sociais e têm um megafone que amplifica tudo para um universo quase infinito".

"Neste momento, as redes sociais não estão a ser um aliado" no combate à desinformação, até porque "os algoritmos são um problema", embora quem procura informação sobre saúde nas redes sociais também já encontre instituições com responsabilidade em saúde (DGS e ACSS, por exemplo), embora a investigadora mencione que um dos objetivos da desinformação é descredibilizar as instituições, a democracia e a influência ao nível da cidadania.

Catarina Santos referiu ainda que "na área da saúde, a estética e os tratamentos de emagrecimento são mercados altamente lucrativos. Esta rentabilidade torna-os particularmente vulneráveis à proliferação de

práticas pseudocientíficas".

Em relação às grandes plataformas a académica considera haver alguma regulação, embora a "área da estética e do emagrecimento neste momento não estejam reguladas e os tratamentos estéticos tenham um limite que roça o tratamento médico".

Nesta matéria, Catarina Santos criticou ainda a emissão de cédulas de terapia complementares que legitima práticas não baseadas em evidência científica, algo que para a investigadora deveria ser revertido "porque o facto de as pessoas terem uma cédula profissional para trabalhar, legítima o trabalho que fazem, e esse trabalho não é baseado em conhecimento científico", alertando para a falta de coerência e conhecimento dos currículos dos ciclos de estudos necessários para a emissão destas cédulas. ■ PAULO RESENDES, DA AGÊNCIA LUSA